Entrevista de Patrícia Oliveira

Concedida a Camila
Souza Lima, Isabella
Poppe, Maria Julieta
Ramallo Garcia ¹

¹ Mestrandas e Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais e membros do Conselho Editorial da revista Mosaico. poppe.isa@gmail.com; ramallo.garcia@hotmail.com; caamilasouzalima@gmail.com;

Patrícia Oliveira é militante desde muito cedo. Irmã de um dos sobreviventes da Chacina da Candelária, ocorrida em 1993, ela é defensora dos Direitos Humanos e uma das fundadoras da Rede de Comunidades Contra a Violência, criada em 2004. Ajudou a elaborar o projeto de lei que criou o Comitê Estadual e Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro, o primeiro do Brasil, onde atuou até 2018. Atualmente, integra o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura da ALERJ.

Mosaico: Você poderia nos contar um pouco da sua trajetória e como iniciou nos Movimentos Sociais?

Meu nome é Patrícia de Oliveira, e comecei a ser militante de Movimentos de Direitos Humanos em 1995 quando reencontrei meu irmão que sobreviveu na Chacina da Candelária, que aconteceu em 1993, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Oito meninos foram assassinados por policiais militares do 5º Batalhão, o da Harmonia, Batalhão de Trânsito; hoje em dia têm pouquíssimos, era ali na rua da 6º DP. Esse grupo de policiais articularam a Chacina da Candelária, que os meninos dormiam em frente à Igreja, e porque os empresários da época não queriam; tem a Marinha do Brasil, tem o Banco Safra, não é? Empresários com dinheiro que até hoje, em 27 anos, não se sabe qual é o real motivo da Chacina da Candelária. Então, eu comecei a militar em 1995 quando reencontrei meu irmão que foi prestar depoimento no julgamento do Emanuel, que é um dos policiais acusados. O meu irmão mora fora do Brasil porque testemunhou contra os policiais, e sofreu um segundo atentado e teve que ir embora do país; ele levou quatro tiros na Chacina da Candelária e depois levou mais quatro. Ele foi a principal testemunha que apontou os policiais, inclusive um tenente. Este tenente não foi sentenciado, apenas cabos e soldados, e teve um 3º Sargento que foi assassinado, que é o Sexta-Feira 13, Maurício da Conceição. Então, o julgamento, mesmo até hoje, não se sabe porque tem várias versões... quais foram as três versões? O assalto à mãe de alguns policiais que se juntaram para dar um susto, isso foi o depoimento do Mauricio da Conceição, Sexta-Feira 13; e depois disseram que não, que os meninos apedrejaram uma patrulha da polícia militar, que um dia antes tinham levado um menino; e tem outra versão que foi a mando do José Caruzzo Escafura, o Pirulinha, que é o bicheiro. Então, na realidade não se sabe, não ficou claro. Alguns policiais foram sentenciados, condenados, outros absolvidos; por exemplo, o Marcelo Cortes, que é o policial que meu irmão reconheceu como a pessoa que atirou nele, no dia do depoimento, no dia do julgamento, a promotoria e os advogados de defesa disseram que entre o tempo e o espaço meu irmão teria se confundido sobre a pessoa que atirou nele. E ele falou – ele ficou com um defeito na boca – que esse tenente, Marcelo Cortes, colocou a arma na bochecha dele e atirou; então a ligação que entre tempo e espaço ele se confundiu sobre quem atirou nele.... Uma vez eu estava

Entrevista de Patrícia Oliveira

participando de um debate e falei “quem bate, esquece, mas quem apanha jamais”, então se você tem uma pessoa que te fere, você não vai esquecer dessa fisionomia jamais. Então é bem complicada a situação, mas foi a partir desse momento que eu me envolvi com os Direitos Humanos, que foi quando eu reencontrei o meu irmão, e eu conheci o pessoal de Vigário Geral que foram as chacinas próximas, pois Candelária foi 23 de julho, Vigário Geral em 29 de agosto e antes disso teve Acari, que foi em 1990. Foram chacinas muito próximas, eu conheci os familiares, e foi nesse momento que começamos a nos engajar na luta pelos Direitos Humanos. A gente participava de julgamentos de Vigário e Candelária, e vice-versa, o que nos tornou muito próximos; na época dizíamos que éramos uma família, porque a gente frequentava a casa uma da outra, fomos muito presentes na vida uns dos outros, tanto o pessoal da Candelária, tanto de Vigário e Acari. Então, se tinha um ato, estava todo mundo junto, se tinha uma manifestação, estava todo mundo junto, se tinha um julgamento, estava todo mundo junto. Isso também possibilitou conhecer muito da luta, conhecer as pessoas, saber caminhar. Em Acari tem um grupo de desaparecidos, então também é outro tema - porque os meninos de Acari foram levados para um sítio em Magé e desapareceram - e suas mães, a falecida Vera, a falecida Marilene e a Edineia, que foi assassinada em 1996, sempre buscaram por informação desses meninos que desapareceram, que no total foram 11 jovens e até hoje continuam desaparecidos; sendo que este ano completa 30 anos.

Como você enxerga o protagonismo dos familiares das vítimas da violência de Estado na luta pelos Direitos Humanos? E principalmente o papel das mulheres dentro dessa luta?

Primeiro que a luta dos familiares vítimas de violência sempre foram as mulheres, são poucos pais. De Vigário eram dois, três pais e de Acari apenas um pai; mas de todos a maioria eram mulheres, sempre foram mães, irmãs, familiares; então essa luta sempre foi de protagonismo de mulheres que sempre enfrentaram essa violência. Então, também é importante porque mostrou a outras mulheres, a outras mães... porque quando acontece isso com uma pessoa, ela muda a vida dela; então assim, por exemplo, o pessoal de Acari era todo mundo de casa para o trabalho, algumas mães trabalhavam fora, outras eram do lar, então não sabiam

que podiam ir à delegacia, não sabiam que podiam ir ao Ministério Público, não conheciam a realidade de órgãos públicos.

Eu lembro que fomos a uma reunião no Tribunal de Justiça, e a gente falava “meu deus, a gente nunca pisou aqui, nunca colocou o pé” e, assim, a reunião foi no Órgão Especial do Tribunal de Justiça, naquela sala luxuosa de mármore, então era outro local, outro espaço e a gente falava “cuidado, não pode esbarrar, a gente nem sabe quanto custa isso”, então, a gente sempre teve esse olhar. A gente fez um ato em Brasília e fomos recebidas, na época era o Sarney o Presidente da República, e estávamos no gabinete, e eu e outra encostamos em um quadro que tinha uns detalhes de ouro, e ele caiu. A gente ficou tão desesperada que falamos “a gente quebrou o quadro, o que vamos fazer agora? A gente nem sabe quando custa isso. É um quadro na sala do Presidente da República, que a gente derrubou e ele tem uns detalhes em ouro que nem sabemos qual é o valor”. E ficamos muito nervosas e falávamos que íamos ser presas, e ter que trabalhar pelo resto das nossas vidas para pagar por ele; e todos os outros perceberam, todos os familiares olhavam com olho arregalado, e a gente dura sem conseguir falar, até que todo mundo entendeu, nós mostramos que o quadro caiu, e depois nós conversamos muito sobre isso porque foi um susto para nós, a nossa reação foi ficar parada e pensando “o que vamos fazer agora?” e percebemos como não estávamos acostumados com aqueles espaços, o quanto eles não faziam parte da nossa trajetória, da nossa luta, e o quanto aquele espaço não era confortável para os familiares, porque ficamos sem entender, sem saber como agir; e depois nós pensamos que devemos ser mais fortes, nós temos que mudar isso, porque se tivesse quebrado - quebrou o quadro - mas não temos que ficar com esse sentimento, pois era apenas um quadro, não a vida de uma pessoa, porque a vida de uma pessoa vale muito mais que um quadro. Sendo assim, começamos a trabalhar isso nessa perspectiva. Aí recentemente a Dona Izildete, que tem filho desaparecido, foi no Ministério Público prestar um depoimento e quebrou um vidro, e na mesma hora ela me ligou dizendo “vem para cá, porque eu vou ser presa porque quebrei um vidro do Ministério Público”, mas eu falei para ela “mas é só um vidro, o vidro eles trocam”, e ela falava “não Patrícia, eu vou ser presa, vem para cá”, mas eu falei “Dona Izildete, a senhora não vai ser presa, é só um vidro, a senhora não quebrou porque quis, você só encostou e quebrou, foi apenas um

Entrevista de Patrícia Oliveira

acidente, então a senhora precisa entender que a vida vale mais que um vidro”; e ela falou “realmente, você tem razão”.

Então é importante na luta a gente ter essa consciência que os espaços públicos também fazem parte da nossa vida. É igual aquela história “ALERJ é a casa do povo, a Câmara dos Vereadores é a casa do povo”, mas os deputados não querem receber o povo, os vereadores também não querem receber o povo, os governadores não querem receber o povo.

Você falou sobre a atuação da Rede em alguns territórios como Acari, em Vigário Geral. Como você avalia a recepção, a opinião, a relação com os outros moradores que não fazem parte exatamente da Rede?

Foram dois momentos. A Rede surgiu em 2003 para 2004 com a Chacina do Borel, que foram os meninos que foram assassinados, e a gente resolveu criar um Movimento, porque já tínhamos essa experiência, essa luta com os familiares. Então, os familiares que fundaram a Rede foram os mesmos familiares que lá atrás já estavam juntos. A Rede surge para ajudar nisso também, para dar apoio a outros familiares tanto que quando ocorreu a chacina nós fomos para o Borel – eu tenho uma irmã que mora no Morro do Borel e as pessoas morreram no dia no aniversário dela, dia 16 de abril – e eu conheci algumas pessoas; então fomos para lá naquele momento para dar suporte. E quando a gente chegou em algumas comunidades conseguimos ter uma receptividade muito boa; primeiro porque as pessoas entendem, segundo porque nós fazemos questão de ficar marcando as datas que aconteceram. Então, assim, no Borel, onde os meninos foram assassinados, tem um memorial, uma placa, uma cruz com o nome dos meninos dizendo que naquele espaço os meninos foram assassinados. Logo, nós sempre queremos marcar esses espaços porque é importante para a pessoa saber que ali aconteceu um fato, uma chacina, pois ela vai pensar nisso também que poderia ser o filho dela, que poderia ser outras pessoas; então sempre queremos marcar esse posicionamento. Na própria Candelária mesmo, no aniversário de 25 anos, a gente distribuiu 21 cruzeiros para ficar lembrando a Chacina e tentar criar um espaço de memória e verdade. Então, em 21 lugares do Rio de Janeiro, em Manguinhos, em vários lugares tem uma cruz, que é o símbolo da Chacina da Candelária; porque tem uma cruz na frente da Igreja onde os meninos foram assassinados,

que de fato já foi roubada, já foi destruída várias vezes, já colocaram fogo, já arrancaram. Então, a Rede surge nessa perspectiva de agregar, mobilizar e articular os familiares, porque nós achávamos importante a articulação a partir dos próprios familiares.

Quando a Rede surge ela possuía um GT de Comunicação, um GT Jurídico que os próprios familiares da Rede faziam parte, sendo eu mesmo do GT, como também do GT de Apoio às Vítimas, porque ambos têm que trabalhar em conjunto, não é? Então, nós fomos a muitos enterros, mas nem todos os familiares vão; por quê? Porque é um momento muito delicado. Quando você vê uma pessoa assassinada pela polícia, os familiares voltam às suas histórias, então, às vezes, para ele ir a um enterro, ver toda aquela cena, toda aquela história, ele está revivendo. Dessa forma, não são todos os familiares que vão, alguns familiares que conseguem fazer isso, porque tem alguns com problema de saúde, não tem muita estrutura emocional. Então, a gente sempre conversou... por exemplo, “Márcia, você tem condição de ir? Você tem certeza? Para ir e passar mal é melhor não ir”, entendeu? A gente sempre trabalhou nessa perspectiva, ou quem não conseguisse ir ao enterro, essa pessoa ia depois na casa da pessoa no outro dia, dois dias depois para dar um apoio, dar uma palavra, conversar para levar primeiro o seu sentimento e o seu apoio aquele familiar. Um exemplo, quando Alana e Ezequiel morreram no Morro dos Macacos - uma menina de 12 anos que morreu por violência policial -, o João Hélio que foi arrastado pelo carro, não é? Aí a Alana foi assassinada 10 dias depois se não me engano, e eu e Márcia conversamos “Poxa, tem toda uma comoção pela morte do João Hélio, mas ninguém fala da Alana”, que também era uma criança que morreu em uma operação do Estado. Logo, eu e Márcia falamos “Não, nós vamos fazer uma missa na Igreja da Candelária”, mas ela falava “Como vamos fazer uma missa na Igreja da Candelária se a gente não tem um centavo?”, mas eu falei “A gente vai fazer”. Então, eu liguei para lá, agendei a data e a Dona Isaura falou “É 280 reais”, mas eu disse que não tínhamos 280 reais, e ela disse que podia fazer por 80 reais e perguntou se a gente conseguia, e eu disse que sim, para deixar agendado. A gente agendou, mas nem tinha 80 reais. Aí falamos “Agora vamos partir para achar a mãe da Alana”, mas a gente não a conhecia. Logo em seguida tinha a

Entrevista de Patrícia Oliveira

caminhada pelo João Hélio de onde aconteceu, que foi ali no Oswaldo Cruz até Cascadura; aí eu falei à Márcia “Vamos a caminhada e vamos panfletar”. Aí a gente fez o trajeto da caminhada todinho, que na época todo mundo estava presente, Secretária de Segurança, Comando da Polícia Militar, muitas autoridades; e nós convidamos todo mundo para ir três dias depois na missa da Alana. E dali da caminhada nós partimos para o Morro dos Macacos, sendo já 18:00 horas, com a intenção de achar a casa da mãe da Alana. Aí a Márcia falava “Patrícia, como vamos achar a casa da mãe da Alana no Morro dos Macacos se a gente não a conhece, não sabe quem é”, mas eu disse que íamos achar; mas quando fomos subir o morro começou a dar tiro, e eu falei “Vamos parar aqui na escadaria para ver de onde está vindo os tiros”. A gente não sabia de onde estava vindo os tiros, não conhecia o local e ela disse “Já estou arrependida”, mas eu falei que a gente ia achar a casa. Aí a gente perguntou para um moço e ele disse “A casa da Edina? É mais para acima, vocês querem que eu leve lá?”, e eu aceitei; a Márcia dizia “E se ele está levando lá para matar a gente, como vai ser?”, mas eu disse que tínhamos que confiar. Quando chegamos na casa da Edina ela ficou muito desconfiada, pois “Quem são essas pessoas que vem na minha casa falando que vai ter uma missa para minha filha da Igreja da Candelária? Nunca nem vi essas pessoas”. Então, a gente foi conversando, explicando à ela a importância de ela ir à missa; eu sei que nesse dia a gente saiu da casa dela eram meia-noite. Ela falava “Vocês são malucas de subir o morro para me avisar que organizaram uma missa, e vocês não me conheciam nem a minha filha”. Então, quando ela chegou na missa e ela viu a Igreja da Candelária lotada de familiares de vítimas de violência, até o Comandante da Polícia Militar da época foi, o Subsecretário de Segurança foi, e ela falou “Meu deus, estou vivendo outra realidade, estou vivendo outro mundo, e eu nem sabia que existia tantos familiares iguais a mim”. Isso transformou a vida, a gente se fala até hoje, porque foi um momento que marcou a vida dela, então é importante essa articulação.

Falando um pouco mais da Rede, você poderia falar um pouco quais são os avanços e desafios que vocês enfrentaram desde a sua fundação?

As principais dificuldades são algumas. Falta de recurso, essa é a maior dificuldade, pois a Rede é um Movimento Social; então a falta de recurso é uma

difficuldade muito grande. Não é sempre que conseguimos um projeto, porque nós somos um Movimento Social, não temos CNPJ. Precisamos de recursos para passagem, alimentação, pagar a sede, a conta de telefone. E isso é uma dificuldade por quê? Porque a gente não consegue ir a lugar nenhum, então isso dá um peso, uma angústia muito grande, mas também nós conseguimos nos articular muito rápido, e também temos uma rede de apoio de pessoas que contribuem; já foi mais, não contribuem tanto, mas contribuem com um valor que faz com que possamos fazer algumas coisas. Por quê? Porque o fato da Rede ser um Movimento Social e ter muitos familiares... todos os familiares da Rede são moradores de favela, todos eles, os apoiadores que não o são, mas os familiares todos moram na favela, que são diferenciadas, porque tem Borel, tem Lins, tem Rocinha, tem vários locais; e isso, para chegar em um local, às vezes dificulta. Mas, por outro lado, nós temos um grupo de WhatsApp que é bem dinâmico; também criamos um grupo no mesmo aplicativo que tem vários familiares além dos familiares da Rede. E também tem outra coisa que nós conseguimos articular ao longo dos anos, que era algo que já queríamos, que foi depois dos 20 anos de Acari, que foi fazer um Encontro Nacional de Familiares Vítimas de Violência, que agora não é “familiares vítimas de violência”, mas “familiares vítimas de terrorismo de Estado”, que ocorre no mês de maio; e a gente já está indo para o quinto encontro. O primeiro encontro foi em São Paulo, o segundo no Rio de Janeiro, o terceiro foi em Salvador, o quarto em Goiânia, e o quinto, que seria esse ano em maio, mas não ocorreu, vai ser no Ceará; nós acabamos mudando devido à pandemia, e vai ser entre os dias 22 a 26 de setembro. Esse encontro é um espaço de troca de informação e de articulação nacional. No primeiro encontro, que foi em São Paulo, éramos 70 pessoas, no segundo já foi para 100 pessoas, no terceiro foram 120, no quarto já foram 150; e é um encontro mesmo, e quando falo isso quero dizer... tem alimentação, hospedagem e a passagem para essas pessoas. Esse ano o local para 150 pessoas no Ceará ficou 55 mil reais, fora as passagens, mas aí é hospedagem, passagem e alimentação para todo mundo. Então, resolvemos fazer uma coordenação nacional do encontro e cada coletivo tem que dar um valor para o encontro nacional, e começamos a trabalhar – porque começamos a trabalhar para o próximo encontro desde o ano passado – e começamos a correr atrás do dinheiro.

Você estava falando do custo de levar os familiares para fora, para esses encontros nacionais...

Isso. É um custo alto, porque não é só a passagem. Ano passado, a gente levou nove Estados e esse ano a gente quer levar quinze Estados. Então, assim, é uma mobilização nacional bem grande. E aí como não teve em maio, a gente fez umas mudanças e a gente resolveu no mês de maio fazer umas *lives* na primeira semana de maio, contando a história do encontro com os Estados e de cada coletivo que compõe o Encontro Nacional. Aí depois a gente fez umas fotos também dos meninos, com nomes. Por exemplo, as Mães de Maio fizeram dos meninos de São Paulo, a gente da Rede fez de quem é da Rede, as Mães de Manguinhos fizeram de quem é de Manguinhos e assim foi... No Encontro não tem só familiares de vítimas de violência, tem familiares de socioeducativos e sistema prisional. É uma outra junção que a gente vem fazendo, pelo menos do terceiro encontro para cá, que é juntar esses familiares. Então a gente vai conversando, vai vendo... E aí no Encontro a gente tira diretrizes, tira documentos nacionais que são trabalhados nacionalmente pela gente.

Ano passado, no encontro de Goiânia, o encontro foi de 18 a 21 de maio, foram dois dias fechados pra gente mesmo se organizar, se articular e depois a parte mais aberta que teve plenária, teve audiência pública, teve ato de rua e teve uma ida à Brasília, que a gente chamou de incidência em Brasília, e aí a gente foi no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Congresso Nacional, tivemos uma reunião com Rodrigo Maia, com o Ministério Público Federal (MPF), então, debate público, a gente participou também do pacote anticrime, então, a gente fez essas incidências. Também teve um espaço e momento de conhecer as pessoas que ali estavam, tinha gente que nunca tinha viajado, que estava viajando pela primeira vez e a gente estava na cidade das águas, que é Hidrolândia.

Você poderia falar um pouco dos movimentos de familiares com as instituições de Segurança?

Então, a Rede Contra a Violência porque tem uma história mais antiga, digamos que a gente tem uma certa entrada. A gente tem uma entrada com o Ministério

Público, mas ainda não é o jeito que a gente quer. Em 2017 e 2018 a gente fez dois atos. O primeiro ato foi “Acorda MP”, principalmente, porque o Ministério Público tem o papel do controle externo e ele não faz, né? Foi na porta do Ministério Público mesmo, a gente fez o ato “Acorda MP”, fez evento no *Facebook*, levou cartaz, foi para porta do Ministério Público, a gente pediu reunião com o Procurador-Geral.

Um dos focos também eram os casos que estavam parados em Delegacias e que não andavam e tinha sido criado o GESP, Grupo Especializado em Segurança Pública, para as que esse grupo viesse a investigar todos os inquéritos parados em Delegacias. A gente protocolou uma carta, vários casos foram protocolados nesse grupo. Alguns casos depois desse ato começaram a receber as denúncias, começaram realmente a andar. Casos que já estavam parados em Delegacias há dois anos, dois anos e meio. Aí tiveram denúncias, então, a gente viu essa importância. Toda vez que tem um caso que envolve criança, adolescente ou violência de Estado, a gente sempre reivindica que vá para os GESP, a gente faz uma conversa com as promotoras. Esse ano a gente teve duas reuniões, depois da pandemia a gente não teve mais reunião com esse grupo, e aí eles têm que dizer pra gente como é que tá passo a passo desses inquéritos, o que falta pra denunciar?; tem prova ou não tem prova?; o que andou, o que deixou de andar?. Então eles têm que fazer uma reunião e contar o que está acontecendo com esse inquérito. Muitas vezes eu sou ponto focal das promotoras com os familiares, porque tem que levar a testemunha lá, aí ela fala “no dia tal, fulana tem que levar essa testemunha lá”, aí eu fico em cima “tem que ir, tem que estar na hora...”. Aí eu fico lá fazendo o trabalho e a chatice de ficar em cima. “Já chegou, não chegou? Por que não vai?”, e aí eu fico “tá indo, tá chegando, não tá indo?” assim a gente viu que vários casos andaram.

O próprio caso do João Pedro, que é o caso que todo mundo agora fala, que é o menino lá de São Gonçalo, uma conhecida, de outra conhecida me passou o telefone de uma parente “aconteceu isso com o menino, e foi à tarde e a gente não sabe para onde ele foi, só sabe que ele foi no helicóptero”. Aí eu falei, “mas como assim ele tá no helicóptero e ninguém sabe?”. Essa pessoa falou comigo,

Entrevista de Patrícia Oliveira

era nove e meia da noite e aí eu falei “a gente vai procurar saber agora”. E aí eu fui ligando, eu liguei para os promotores da auditoria militar que são do GESP e falei “aconteceu isso, esse menino está desaparecido”. Aí, uma pessoa do próprio MP disse “vamos ver o que está acontecendo”. Foi assim que a gente conseguiu saber que ele tinha falecido. Aí foi bem complicado dar essa notícia por telefone. Eu falei com uma parente dele – falando com cuidado, porque não se tem a certeza porque ninguém viu o corpo, então, você só vai ter a certeza quando ‘ver’ o corpo, mas você procura dizer de uma forma que começa a preparar – porque não é uma boa notícia. Então, a família já tinha, mais ou menos, a notícia de que ele tinha morrido. A gente tem uma relação de parceria com o MP, com a Defensoria Pública, até porque no MP já tinha sido criado em 2005, quando a Rede surgiu, uma Subprocuradoria de Direitos Humanos que não existe mais, que hoje é a Assessoria de Direitos Humanos e que criou o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública em 2010. A gente acabou criando uma relação assim, a Rede compõe o Conselho de Direitos Humanos. A gente ajudou a fundar alguns Conselhos, alguns órgãos ao longo dos anos. A Rede também tinha ajudado a construir a CGU, a Corregedoria Geral Unificada, um órgão de controle externo, que não existe mais, que o governo do Wilson Witzel acabou. A Rede também ajudou a construir o Conselho Estadual de Segurança Pública que também não existe mais, que no primeiro ato do governador Wilson Witzel ele também acabou. Nesse Conselho, você tinha trabalhadores, gestores e sociedade civil e a Rede integrava esse Conselho. Ao longo dos anos a Rede fez muitas coisas que a gente sempre achou importante, principalmente, de controle externo. Então, a Corregedoria Geral Unificada sempre foi pleiteada pela gente porque a gente entende que precisava ter um controle externo. Era um desembargador aposentado que estava à frente da CGU e ela investigava a Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Era um órgão de controle externo independente.

Você também atua em outras frentes como o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à tortura. Se você pudesse falar um pouco desse trabalho, como ele é feito e como ele está hoje em dia?

Eu ajudei a criar o projeto de lei que criou o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro, que foi o primeiro do Brasil, isso em 2012. Hoje em dia, eu não

estou mais no Mecanismo, porque é por mandato. Foi uma escolha e um critério de que quem ajudou a criar, porque às vezes as pessoas ficam acomodadas e não têm aquele olhar que deveriam ter. Eu fui eleita em 2010 para o Mecanismo meu mandato foi de quatro anos. De 150 currículos, passamos para 110, de 110 eu fiquei entre os seis membros que criaram o Mecanismo, que é um órgão de fiscalização dos espaços de privação de liberdade. A gente criou a política de enfrentamento dos espaços de privação de liberdade. A gente fazia visitas semanalmente aos espaços de privação de liberdade: socioeducativo, sistema prisional, abrigo, hospitais psiquiátricos.

A lei do Rio de Janeiro é bem mais abrangente. Desde que o Mecanismo surgiu tem uma parceria com as famílias das pessoas dos espaços com privação de liberdade, tanto que foi reconhecido muitas vezes por ser o melhor do mundo. A gente demorou a ter uma sede, a gente passou por muitas dificuldades, a gente trabalhava de casa, fazia reunião em alguns espaços, eu falava que a gente era do “movimento sem sala”. A gente ficou sediado na Ordem dos Advogados do Brasil durante um ano, depois na Defensoria Pública, até que no ano de 2015, o Mecanismo ganhou sua sala dentro da ALERJ, isso foi uma vitória, uma conquista. Apesar de não estar mais no Mecanismo, continuo recebendo muita denúncia, muita ligação, muitas informações, eu sempre converso com a atual equipe do Mecanismo. Não estou mais no Mecanismo, mas estou no Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura porque a Rede tem um assento lá, então, estou representando a Rede. É um trabalho bem dinâmico, ainda mais eu que já vinha de uma experiência com familiares, aí sigo na experiência com familiares de pessoas privadas de liberdade. Sempre falo que é muito angustiante porque a gente quer uma resposta rápida. Às vezes, os órgãos demoram muito para dar uma resposta rápida. E posso te dizer com toda franqueza e clareza: o Mecanismo é um órgão da ALERJ, poucos foram os deputados que se interessaram em saber o que era o Mecanismo e a ler o relatório do Mecanismo. Nos três primeiros anos do Mecanismo, a gente fazia relatório anual e protocolava nos 70 gabinetes e eles não tinham interesse. Aí, quando eles começaram a ser privados de liberdade, foi que começaram a entender o que o órgão da ALERJ estava dizendo. Isso eu falo com toda franqueza, clareza, delicadeza e respeito que eles, enquanto deputados,

Entrevista de Patrícia Oliveira

também eram privados de liberdade. No Mecanismo, a gente sempre tratou pessoa privada de liberdade com todo respeito, seja ela quem for, com dinheiro ou sem dinheiro. A gente entende que eles estão privados de liberdade, mas não estão privados dos direitos deles e que ela é uma pessoa como qualquer outra, então, ela merece ser respeitada e ser tratada adequadamente dentro do espaço de liberdade. Primeiro, para entrar dentro da cela a gente tinha que pedir licença porque, querendo ou não, ali é a casa dele, é o espaço dele. Tem gente que fica lá 3, 10, 18 anos. Então, tem que ter respeito. Imagina, eu estar privada de liberdade e alguém faltar com respeito, eu ia ficar louca! Então, aquilo que a gente não quer para gente, não faz com os outros.

Por conta de toda essa sua experiência, principalmente essa última que você relatou, como é que você avalia as políticas de Segurança Pública que foram implementadas nos últimos anos?

Primeiro, na política de segurança, ou você está morto ou você está preso. A política de segurança no estado do Rio de Janeiro sempre foi de confronto, de encarceramento, haja vista que no Rio de Janeiro, até ano passado, eram uns 55 mil presos para 28 mil vagas. Nas audiências de custódia, você vê as pessoas chegando sem chinelo, descabeladas, muito humilhadas num espaço de humilhação mesmo. Um espaço que uma vez a gente falou que parecia dos navios negreiros porque era muita gente e o respeito, pouco, sem se colocar no lugar do outro. Você está num sistema prisional que você tem que acordar 7h da manhã para o “confere”, tem que tomar um café, aí é “mão para trás, cabeça baixa” e muitas vezes é chamado de vagabundo. Eu ouvi de muitos agentes penitenciários, de gestores da administração penitenciária que falavam assim: “a gente prefere trabalhar com homem, porque mulher contesta muito, é mais complicado” e para mim, não é assim, mulher é reivindicadora. São muitas situações complicadas. Por exemplo, eu parei de comer fígado desde que fui ao Ary Franco e vi um fígado verde. Às vezes me dá vontade de comer fígado, mas eu não consigo porque sempre me lembro daquele fígado.

Quando você está do outro lado, você entende o que é a cadeia. Quando você está do lado de cá, você não quer saber da cadeia. As pessoas acham que quem está privado de liberdade nunca mais vai sair da cadeia, que eles estão fechados

ali para o resto da vida. Eu sempre falo que toda ação, tem uma reação. Não dá para você ficar tratando uma pessoa batendo, esculachando, não tratando ela com dignidade e querer que ela saia maravilhosamente. Ela vai sair com vários problemas. É igual bicho, igual cachorro, você vai criar o bicho batendo nele? Vai ter uma hora que ele vai te atacar, vai ter uma hora que ele vai falar “não, você não vai me bater mais hoje”. Então, a gente tem que pensar o porquê se prende tanto.

A gente está vivendo um momento de pandemia e o número de pessoas presas continua, o número de ações policiais continua, apesar de vários policiais militares, civis, agentes penitenciários, presos terem morrido de COVID, mas a segurança pública prevalece. Você não pode entrar na cela do preso porque tem questão de segurança. Aí você é mulher. Eu pedi para abrir a cela pra mim, pra entrar e tinham 60 homens dentro da cela, o diretor da unidade prisional falou “tem certeza que você quer entrar?”, eu falei “absoluta”. Ele esperou eu entrar na cela, bateu no meu ombro e disse “qualquer coisa você grita” e saiu, me trancou dentro da cela. Eu falei “eu tenho certeza que não vou precisar gritar porque a diferença entre ‘eu’ e eles, é que eles estão privados de liberdade e eu não, porque eu sou igualzinha a eles”. Aí todos presos ficaram me olhando e a gente ficou lá mais de 40 minutos falando. Ali, ele tentou me constranger e colocar os presos contra mim porque eu era mulher e estava na cadeia de homem. Quem entra na cadeia sabe muito bem que mulher tem que ser respeitada. Preso, dentro da cadeia, não passa atrás de mulher porque você pode ser a mulher dele, a mãe, a filha. Preso não te bota a mão, ele sabe muito bem qual é a regra e o respeito da cadeia. Então, aquela fala [do diretor] foi justamente para dizer assim “vou ver qual é a dela”. Então, ele não esperava. Eu estava com um sapato que tinha um saltinho. Ele disse “da próxima vez que você vier, não vem com esse sapato não porque incomoda...”. Aí eu falei “o sapato não está me incomodando em nada, se incomodar eu tiro o sapato”. Ele falou “Se você tirar o sapato vai chocar os presos”, eu disse “chocar os presos? Por quê? Eu ando no chão com pé no chão, adoro andar com pé no chão!”. Tem muitas situações que te colocam por você ser mulher porque é aquela coisa de que na cadeia tem homicida, estuprador etc. Muitas vezes, quem está privado de liberdade quer ouvir, quer falar, quer ter uma

Entrevista de Patrícia Oliveira

atenção porque às vezes eles não têm atenção de ninguém, muitas vezes você não vê um juiz indo conversar com um preso.

Eu fiquei oito anos no Mecanismo, os presos ficavam passados quando a gente pedia para entrar dentro da cela para conversar com os presos porque eles estavam acostumados com pessoas que ficavam no corredor. Então, é uma outra dinâmica. No Mecanismo, você tinha regras para visita, por exemplo, ninguém ia fazer visita com decote porque a pessoa está privada de liberdade, você tem que respeitar ela. Muitos têm esposas, filhos, mas têm outros que não, que não vão para o parlatório. Claro que ele vai te olhar, então, você tem que saber se colocar. Por exemplo, tinham algumas pessoas do Mecanismo que fumavam, jamais iam acender um cigarro na frente do preso! Muitos deles não fumam, não têm dinheiro para comprar cigarro. Então, isso também é uma prática de tortura. Você tem que saber como é que está pisando naquele espaço. A gente ia para as unidades prisionais e não almoçava, ficava o dia todo sem comer.

Teve uma vez que a gente foi fazer uma visita, nesse meio tempo o juiz chegou e a gente não tinha visto ele. Era quatro e pouca da tarde, a gente estava terminando de fazer a visita, fomos no gabinete do diretor e o juiz estava almoçando, tinha taça de cristal, tinha peixe, era uma festa. Aí eles falaram “você estão com fome?”, eu falei “nenhuma”. A gente saiu e ficou no corredor esperando terminar, eu fiquei muito constrangida. Tem muito juiz que vai só no gabinete, não vai no miolo da cadeia, não vai falar com o preso. As pessoas não estão interessadas em quem está privado de liberdade. As pessoas que estão vendo que agora tem operação, tem lava-jato, que estão vendo o que é sistema prisional. A água é aberta por meia hora, não chega para todo mundo. A cadeia tem um cheiro insuportável.

Como você avalia que deveriam ser as mudanças, tanto na Segurança Pública, quanto na Polícia Militar, para que o número de assassinatos dos jovens nas favelas e nas periferias do nosso país diminua?

Primeiro, essa pergunta é bem complexa porque não se investe em inteligência, investe em armamento. Dinheiro para arma tem muito, agora dinheiro para educação, saúde, programas de assistência social, nada. O que você consegue muito é recurso para segurança, que sempre é armamento, operação, caveirão,

não é recurso para pensar num plano. Todo mundo fala que nas favelas tem tráfico de drogas. Mas como chegam essas drogas, esse armamento, quem é que leva? Porque na favela não nasce a droga, não nasce a arma. Então, tem algumas situações que são bem complicadas. Eu acho que investimento em educação ia melhorar muitas coisas, mas muitos não querem. A gente já viu escola fechando, poucas vagas, muita coisa que não deveria ter. Mas investem em armamento, não em inteligência. Quando se consegue prender alguém com inteligência, não precisa nem dar um tiro. Mas o tratamento que é dado na favela não é o mesmo de uma operação que vai prender um juiz, um promotor. Um tiro na Rocinha é uma coisa, um tiro na Zona Oeste é outra. O ex-governador Sérgio Cabral falava isso, “fábricas de marginais, padrão Zâmbia”. Hoje ele está no sistema prisional e está vendo como funciona. As pessoas ainda falam que ele e outros têm regalias na cadeia, muitos não têm, se vende uma ilusão de muitas coisas que não são verdade. A lei antidrogas acaba prendendo muita gente, precisa rever muita coisa. Audiência de custódia precisa funcionar 100%. Eu vi pessoas presas no sistema prisional por roubar carne, roubar manteiga, roubar um chinelo. A gente falava “como assim, como isso é possível? Isso não está acontecendo”. Aí quando você ia olhar no processo da pessoa, era realmente aquilo e como ninguém viu isso?

Não se tem vontade política. A gente está vivendo um momento agora que o governador do Rio pode ter um impeachment, a gente não sabe como é que vai ficar a situação, mas a fala dele era “joga um míssil na Cidade de Deus”. O governador que posou do helicóptero e comemorou a morte daquele menino lá na ponte Rio-Niterói, que ser humano é esse? Ele é uma autoridade pública, ele é o governador do Estado, mas ele não tem postura de autoridade pública, haja vista que nem o presidente da República tem, nem vários deputados... Eles estão governando um Estado e um País!

O que às vezes me incomoda é que não vejo uma reação imediata. O próprio Ministério Público Federal, o próprio Procurador-Geral da República, Augusto Aras, tinha que já ter tomado uma medida cabível. Não se pode ir para frente do Supremo Tribunal Federal (STF) fazer os atos como fizeram. As pessoas estão sem postura pública.

O assassinato da Marielle Franco foi um crime político que repercutiu de maneira muito dura em grande parte da população. Como que esse crime afetou particularmente os movimentos sociais em que você atua?

O assassinato da Marielle foi bem marcante. Primeiro, por eu ser amiga dela -eu conhecia ela há muito tempo - E segundo que foi bem estranho. Eu ia na atividade na Casa das Pretas e aí eu estava no Mecanismo [de Combate à Tortura] e acabei me enrolando e saindo tarde e falei “pô, vou embora para casa que eu estou cansada, hoje eu vou para casa direto, não vou passar em lugar nenhum”. Fui andando para o ponto do ônibus, peguei o ônibus e vim para casa. Ao chegar, botei o telefone para carregar e fui tomar banho, quando deu “9h e pouca”, meu telefone começou a tocar, tinha uma chamada perdida, e aí eu falei: “poxa, 9 e pouca, alguém me ligando? É problema isso”. Fui e retornei a ligação, era uma amiga nossa em comum, falando: “Patrícia, você já soube? A Marielle foi baleada. A gente está muito preocupada. Eu estou indo para casa dela, falar com a Monica [esposa da Marielle]”. Eu falei: “Marielle foi baleada?”; “Foi, Marielle foi baleada.” “Ah, pessoal deve tá passando trote” e ela falou: “Patrícia, é sério”. Aí eu falei: “Poxa, isso não é possível.... Tá bom. Vai buscar notícia, que eu vou buscar notícia e a gente vai se falando”. E aí eu liguei para a equipe do Mecanismo e falei com a Renata Lyra, que trabalhava lá, e é muito próxima do Marcelo [Freixo]: “Renata, desculpa ligar a essa hora...” e ela falou: “O que foi, Patrícia?!” e eu falei que uma amiga nossa, falei o nome da pessoa que tinha ligado, “olha, ela ligou e falou que a Marielle foi baleado e está indo pra casa dela falar com a Monica”. “Não, Patrícia, não é possível. Como assim?” e eu falei: “Olha, Renata...Eu não sei, mas eu fiquei preocupada, vamos buscar notícia”. Aí ela falou: “Vou ligara para o Marcelo agora para saber”. E eu falei: “Você liga para o Marcelo e eu vou ligar para outras pessoas”. E desligou o telefone. E aí eu recebi uma foto e um áudio. Estavam veiculando já a foto da Marielle morta dentro do carro e um áudio de uma pessoa que tinha passado falando que ela tinha sido assassinada. Eu tinha ido ali [no local do crime] em fevereiro, porque ela foi assassinada em frente onde tem o abrigo Raul Seixas e eu tinha ido lá fazer uma fiscalização. Ficou bem complicado... A gente ficou buscando informação, até que todo mundo foi para lá, várias pessoas foram para lá, eu não fui para o local do crime. Fiquei falando com várias pessoas, naquele dia eu não consegui dormir direito, foi bem tenso, até

porque depois choveu, relampeou, trovejou, faltou luz. Os familiares [da Rede] ligavam e falavam assim: “Patrícia, é verdade que a Marielle morreu?” “Patrícia, eu lembrei de você”. “Patrícia, pelo amor de Deus, se cuida, você vai morrer igual à Marielle”. Eu ficava falando: “calma, gente, calma”.

Eu e Marielle tivemos contato no dia 8 de março por causa do ato das mulheres, e a gente conversou muito porque a gente tinha conversado que no ato das mulheres ia ser lida uma carta de mulheres presas e a carta não foi lida. E eu fiquei na revolta. As outras pessoas ficaram na revolta. Eu mandei mensagem e ela falou: “Como assim não leu a carta? Na hora que eu subi no carro de som eu vou ler a carta”. E eu falei para ela que a gente ia panfletar a carta no ato do dia 8 de março, entregar a carta na mão de todo mundo. Então a gente era muito próxima, a gente era amiga, se conhecia há muito tempo. E o assassinato dela, foi uma coisa que eu falei para várias pessoas, para mim, foi uma resposta para várias autoridades. Porque se você mata, se você planeja, se você assassina uma vereadora, você pode assassinar qualquer um. Uma outra coisa também foi a maneira como se deu a investigação. Porque a investigação ficou em segredo de justiça. Além da família e dos amigos, eu acho que toda a sociedade deveria acompanhar passo a passo a investigação. De vez em quando um delegado ou alguma outra pessoa vazava uma informação do caso para a mídia. Para você ter uma ideia, a mãe da Marielle não sabia como é que estava nada da investigação, ela só passou a saber da investigação depois que a Rede fez uma reunião com o GAESP [Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública], onde tinham vários familiares presentes, e a gente falou que quem tinha que saber antes de qualquer outra pessoa era a família da Marielle. A partir deste dia a família da Marielle passou a ter contato com o Ministério Público e começou a investigar passo a passo. Eu sempre tive um lema: o dono do defunto é quem segura na cabeça, é ele quem tem que saber. Então quem tinha que saber era a família e a esposa da Marielle. Para mim, o assassinato da Marielle, depois desse tempo todo, a gente não vai saber quem é o mandante. Eu sempre disse uma coisa: a investigação quando começa mal sempre termina mal. E a investigação do caso Marielle começou mal. Com certeza provas ao longo do tempo já se perderam. Porque a maior questão quando o familiar não acompanha de perto, não tem

Entrevista de Patrícia Oliveira

acesso ao inquérito, não sabe de nada. Eu sempre orientei todos os familiares a terem todas as cópias. “É direito seu ter a cópia do inquérito, prestou depoimento você pega a cópia. Porque você vai acompanhando, fazendo uma busca de informações com aqueles documentos, e vai vendo o que está certo o que está errado, o que está contradizendo. Se vocês não sabem e deixam as pessoas falarem por vocês fica muito complicado”.

O assassinato dela foi muito bem planejado. Tinha que passar várias vezes naquela rua para poder saber como o carro ia emparelhar um ao lado do outro. E ninguém nunca viu dois carros juntos? Porque usaram dois carros sempre para saber como é que ia ser feito aquilo ali. Para saber como é que iam atirar, fizeram uma simulação antes, não foi no dia só. Todas as câmeras estavam desligadas, as câmeras da Casa das Pretas...até o local que passou, todas. Tem muita gente envolvida. Lamento muito por ela. Era uma pessoa alegre, cheia de vida e não merecia, nem ela, nem qualquer outra pessoa merecia ser assassinada do jeito que foi. Agora, as pessoas usam o nome dela para tudo e qualquer coisa, mas na hora de realmente apoiar muita gente não a apoiava. Mas aí tudo é semente de Marielle e ninguém solta a mão de ninguém. Tem umas pessoas que querem afundar os outros, mas usam o nome de Marielle. Então é muito triste para quem conheceu, conviveu, ver tudo isso acontecendo. Porque ela perdeu a vida e não está mais aqui para falar. É muito triste esse uso político da figura dela para tudo.

As recentes mobilizações de combate ao racismo e contra a violência policial, principalmente depois do assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, terão algum impacto aqui no Brasil? Como você acha que isso pode influenciar nas mobilizações sociais locais?

Olha, os Estados Unidos são bem diferentes do Brasil. O Movimento *Black* lá já existe há um bom tempo. Lá, eles sempre vinham pautando reivindicações, desde que eles começaram. Em 2016, se eu não me engano, a gente criou o “Junho Negro”, que é uma atividade no mês de junho, junto com a Candelária. E é justamente para falar sobre racismo e a violência do Estado. E aí tiveram os *black lives matter* aqui no Rio justamente por isso, porque a gente achou que tinha que aproximar, estar junto. Não sei se os governantes, as autoridades, realmente vão entender isso. A gente já teve manifestações, 2013 está aí. A gente falava da

violência do Estado. A Rede mesmo construiu uma faixa falando “a polícia que reprime no asfalto é a mesma que mata na favela”. Essa faixa foi rasgada no último dia dos Jogos Olímpicos, na Praça Sanz Pena, quando a polícia militar encurralou todo mundo. Então não acho que aqui no Brasil vai mudar. A polícia sempre matou e vai continuar matando porque ela se sente confortável para fazer isso. E ela se sente confortável porque uma parcela da sociedade diz que “bandido bom é bandido morto”. E quem é morador de comunidade é bandido.

Em 2008 eu passei por uma violência de Estado, um abuso de autoridade, na Favela da Providência. Na época, eu conhecia o comandante da PM e ele falou para mim: “Mas o que você estava fazendo na favela?” E eu falei para ele que estava na favela como podia estar na casa do governador, como eu podia estar na sua casa, mas eu estava na favela. Então, enquanto continuar com essa mentalidade de que bandido bom é bandido morto, que eu posso matar, adulterar a cena do crime que eu não vou ser punido. Enquanto o Ministério Público não realizar o controle externo, que está na sua função, a polícia vai continuar matando. Então, não vão ser as manifestações de rua em um momento de pandemia que vai mudar isso. Se em 2013 a gente botou 10 mil [pessoas] na rua aqui no Rio de Janeiro, 100 mil na Candelária e na Cinelândia, e não conseguiu mudar isso, não vamos conseguir mudar essa violência agora, onde temos um presidente que diz que “torturar é bom”. Ele homenageou o coronel Brilhante Ustra. Tem um filho senador que, quando era deputado estadual na ALERJ, numa votação de um Projeto de Lei sobre o porte de armas para os agentes do DEGASE, ficou fazendo menção de metralhar a arquibancada contrária. Então não acho que a gente chegou no ápice e no momento de entender a violência de Estado. Quando a gente tem uma chacina no Complexo do Alemão, quando a gente continua vendo as operações policiais acontecendo, mesmo depois da decisão do ministro Edson Fachin de suspender operações policiais em comunidades do RJ durante pandemia, eu entendo que a polícia vai continuar fazendo o que ela quer.

Quando a gente tem um governador que fala de “tiro na cabecinha”, que troca o comando da Polícia Civil e tem um ato em que as pessoas começam a ser

Entrevista de Patrícia Oliveira

revistadas porque estavam levando álcool em gel, a gente volta a 2013, a mesma história. Então a polícia se sente à vontade para fazer o que ela quer, porque ela tem o apoio do governo.

Qual a importância dos movimentos sociais dentro de uma democracia e quais seriam os principais desafios dos movimentos sociais na atual conjuntura?

Primeiro é tentar manter-se vivo. Porque tem muita gente que morreu de Covid-19 dentro de casa, o que é outro horror, não teve dinheiro para enterrar as pessoas. Então, primeiro, é se manter vivo, tanto do Covid-19 como da violência de Estado. Essa perspectiva é bem importante porque são ameaças de ambos os lados e a gente sabe que não tem vaga [em hospitais]. A gente precisa estar perto, tentando se articular para sobreviver a esse momento. E dizer que a gente está fazendo um trabalho do dia-dia, de conversa, porque além do Covid-19 os coletivos de favela continuam distribuindo cesta básica, fazendo várias coisas. Então a gente precisa estar unida e consciente dos nossos deveres e das nossas obrigações porque a gente também espelha outras pessoas, então temos que ter cuidado com isso.

Outra questão é que a gente está vivendo, na minha opinião, uma falsa democracia. A gente passou pela ditadura militar, eu nasci na ditadura, sou de [19]64, e a gente agora vê o presidente a favor de militares, muitos militares no poder. E a gente vê um perigo. Todo dia se ensaia uma nova ditadura, mas uma ditadura velada. Porque quando você coloca um cara do exército lá na Secretaria de Saúde e ele acaba com a parte do atendimento psicossocial para os privados de liberdade, porque isso não interessa. E quando a gente tem essa mudança na informação do Covid-19, é um momento que a gente está vivendo de perigo. Porque quando você tem acesso à informação você sabe o que está acontecendo, quando você não tem acesso, você fica meio na dúvida. Então a gente está esperando a qualquer momento a tomada dos militares no poder e estamos vivendo um momento em que todo mundo está assim “ah, eu não sei se faço isso, se faço aquilo”, porque senão não teria todo final de semana ato pedindo intervenção militar. Quem pede intervenção militar deveria ter medo, se o Supremo e os outros órgãos tivessem realmente um punho firme nesse momento. Estamos conversando aqui agora, mas mais tarde pode ter realmente a volta dos

militares no poder. E muita gente não conhece a nossa história, não sabe o que se passou na ditadura, e quem viveu a ditadura conhece muito de perto o sofrimento.

Eu converso muito com o pessoal do Tortura Nunca Mais, tenho vários amigos e conhecidos que passaram pela ditadura, que foram torturados, e a gente está vivendo um momento em que não sabemos como vai ser o amanhã. Não temos noção do quanto já era para ter tido uma reação. Estamos vivendo um momento muito complicado, em que não sabemos para qual lado a gente vai, principalmente com esse ensaio de militares no poder e desse presidente que não é um presidente, é uma pessoa que não sabe governar.

Muito obrigada pela entrevista, Patrícia. Em nome da Mosaico, agradecemos a sua participação.